

**REPRESENTATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS SURDAS EM
ESPAÇOS ORGANIZATIVOS: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA**Matheus Henrique Oliveira Horn¹Dunia Comerlato²Cláudio Claudino da Silva Filho³

A representatividade das pessoas surdas em espaços organizativos de participação social é um debate que ganha espaço em tempos atuais, em meio profissional e acadêmico. O reconhecimento sobre as conquistas da comunidade surda e os desafios a respeito desse tema, passa a exigir a atenção do conjunto das políticas públicas setoriais, em especial da educação, da assistência social e da saúde. Isso porque, é preciso integrar ações que afirmem e assegurem direitos individuais e/ou coletivos, ampliem e qualifiquem os processos comunicativos e participativos e o exercício da cidadania de pessoas surdas. O último Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que existe no Brasil cerca de 9,8 milhões de pessoas com algum tipo de Deficiência Auditiva (DA), representando 5,1% de toda a população brasileira. Aponta ainda, que aproximadamente dois milhões de pessoas possuem deficiência auditiva severa, o que lhes causa a incapacidade de ouvir sons e os classifica como surdas. Para pessoas com uma perda auditiva profunda, ainda é possível ouvir alguns sons muito altos que são principalmente sentidos por meio das vibrações que as ondas sonoras causam. O censo indica que 1,7 milhões de pessoas têm grande dificuldade para ouvir, 344,2 mil são surdos e 7,5 milhões apresentam alguma dificuldade auditiva que fica entre moderada e leve (em média o som mais suave experimentado por uma pessoa gira em torno de 70 a 95 dB - decibéis). Vítimas de perda auditiva profunda podem ser beneficiadas, consideravelmente, com o uso de aparelho auditivo, externos e internos, que amplificam os sons proporcionando as pessoas uma condição auditiva melhor. Essas pessoas contam frequentemente com ajuda de leitura labial, mesmo quando estão usando aparelho auditivo e também fazendo uso da língua brasileira de sinais. Na busca de (re)significar os processos de representatividade das pessoas surdas, com vistas a ampliar fluxos participativos em instâncias de gestão das políticas públicas e em outros espaços organizativos, envolvendo a esfera governamental e a sociedade civil, torna-se necessário aquilatar uma compreensão analítica sobre representatividade. O sentido etimológico da palavra representatividade no Dicionário Aurélio, é entendido como uma qualidade reconhecida a alguém, constituída como mandatária de um grupo de pessoas na defesa de interesses. Nesse sentido, um importante desafio está em promover esse debate inicialmente junto à Associação dos Surdos de Chapecó (ASC), estendendo-se aos Conselhos Municipais, às Instituições do Poder Público e da Sociedade Civil, de modo a ampliar e atribuir potência à representatividade política das pessoas surdas de Chapecó/SC.

Palavras-chave: Pessoas surdas, Representatividade, Participação social.

¹ Mestrando em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, e-mail: matheushorn@unochapeco.edu.br; Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ).

² Doutorado na área de Serviço Social, e-mail: dunia@unochapeco.edu.br; Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ).

³ Doutorado em Enfermagem, e-mail: claudio.filho@uffs.edu.br; Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).